CODISE Colegiado Nacional de Diretores e Secretários de Conselhos de Educação

# XLIII Reunião Plenária

O Colegiado Nacional dos Diretores e Secretários de Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Codise) realizou a XLIII Reunião Plenária Ordinária, presencialmente, nos dias 10 e 11 de novembro de 2022 nos períodos da manhã e da tarde. Estiveram presentes,com recorde, 94 (noventa e quatro) participantes, nos dois dias, e 24 Conselhos Estaduais de Educação: AC, AM, AP, BA, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO, entre Secretários, diretores dos Conselhos, Conselheiros e Técnicos, além de servidores da Secretaria de Educação de Natal e secretarias municipaise conselhos municipais de educação do estado de Natal - RN. Porém, não confirmaram presença, os estados de Alagoas, Paraíba e Ceará. A abertura ocorreu às 8h e 30 minutos no dia 10 de novembro, o Momento Cultural, às 8hh, com a apresentação da Camerata de Vozes do Rio Grande do Norte, sob a regência do maestro Pe. Pedro Ferreira. Esse foi um momento de leveza na excelente execução de quatro belas músicas cantadas em três idiomas distintos: latim, português e inglês; e em quatro estilos artísticos diferentes. Em seguida, o cerimonial convidou a formar a Mesa: o Senhor Secretário da Educação, prof. Getúlio Marques; a Senhora Secretária-Adjunta, prof.ª Márcia Maria Gurgel Ribeiro, a Senhora Cíntia Cristina Faulhaber, presidente do CODISE; o Senhor Arthur Torres, vice- presidente do CODISE; o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, prof. Aécio Cândido; Senhora Presidente da Câmara de Educação Básica de Mato Grosso e Secretária Municipal de Educação de Primavera do Leste – MT, prof.ª Adriana Tomassoni; a Senhora Diretora Executiva da UNDIME-RN, prof.ª Euba Reis; o Senhor Diretor Presidente da FGA, prof. Crispiano Neto. Formada a mesa, todos foram convidados a ouvir, de pé, o Hino Nacional Brasileiro, entoado pela Camerata de Vozes do Estado do Rio Grande do Norte. O cerimonial também registrou o aniversário do maestro Pe. Pedro Ferreira, que recebeu dos presentes uma salva de palmas e a entoação da música de parabéns. Às 9h30, iniciou-se a Mesa com a palavra da Secretária-Adjunta Márcia Maria Gurgel Ribeiro, que agradeceu o convite e cumprimentou a todos. Na sequência, o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, prof. Aécio Cândido cumprimentou aos presentes e, em especial, às autoridades presentes - nominalmente apresentados, logo, discursou através de uma releitura dasmáximas de Paulo Freire sobre educação, também trouxe um pouco do significado de ser parte de um conselho de educação, da positividade de encontros como o CODISE e a alegria de comemorar os 60 anos do Conselho de Educação do Rio Grande do Norte. Em seguida, foi concedida a palavra à escritora Lúcia Eneida Ferreira que prestou Homenagem (in memoriam) à professora Maria Queiroz Baía, trazendo um resumo da história dessa mulher de perseverança e força. Em continuidade, a palavra foi passada à Senhora Cíntia Cristina Faulhaber, presidente do CODISE que agradeceu e deu as boas-vindas a todos os participantes e em nome do Codise, desfez a mesa. Após o intervalo, às 10h30, iniciou-se aMesa com o tema "Educação Profissional e Tecnológica: uma visão normativa do Brasil frente ao contexto internacional", tendo como palestrante a senhora Joelma Kremer, Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, que relatou a realidade da educação, segundo pesquisas recentes, que os profissionais dos cursos técnicos são melhores estudantes na graduação do que aqueles que saem direto do ensino regular/propedêutico para a graduação; reforçou que a formaçãodeve ser integral para os estudantes, visto que as tendências de olhar para frente e para as inovações são caminhos trilhados nos países desenvolvidos, onde a formação técnica é tão valorizada quanto à formação em nível

de graduação, muito diferente do que acontece no Brasil. Sobre a regulação e regulamentação, Joelma disse que as parcerias na maioria dos países são efetivadas com maior abertura e consciência social, uma que já é cultural o estudante ir para as práticas e estágios nas instituições parceiras e essas instituições já assumirem seu papel de ensinar. Outras experiências relatadas foram as articulações como setor produtivo realizadas através de conselhos, os quais apontam para o que se precisa desenvolver nesses profissionais (quais competências) e capacitam as instituições para fazer as verticalizações, por meio do reconhecimento de saberes o que possibilita a mudança de nível de estudantes, a partir das práticas e atuações dos interessados; falou da experiência do **Chile** – o governo faz as escolhas das áreas, a partir das demandas macros e, a partir daí, tomam decisões estratégicas com definição de competências e habilidades para essas áreas sem com isso se dedicar a um gigante leque de profissões infindáveis e sem objetivos estratégicos; **Espanha** – modelo de catálogo copiado pelo Brasil; **Finlândia** - Duas línguas obrigatórias, finlandez, sueco, e uma língua segunda: inglês; eles são alfabetizados nas 4 línguas; uma realidade completamente diferente tanto geograficamente, quanto populacional, o que facilita a aplicação de políticas públicas e seusresultados. Joelma falou ainda sobre o **Catálogo dos cursos técnicos e o Código Validador (Sistec)** – todos os atores que defendem o Código Validador nos diplomas e certificados da Educação Profissional questionaram a retirada da obrigatoriedade, com isso, o MEC solicitou ao CNE o retorno obrigatório, assim, esta matéria deve ser deliberada na pauta de dezembro do CNE. Joana, secretária do CODISE, esclareceu que o FONCEDE eo CODISE encaminharão ofício conjunto solicitando o retorno do Código Validador, bem como relacionando os problemas existentes no SISTEC. Joelma Kremer disse que o regimede colaboração deve acontecer de forma efetiva e, quando isso não acontece, se perde muito nas parcerias e no debate de forma que as decisões acabam sendo unilaterais. Outro ponto de destaque foi à publicação da Portaria que trata da regulação da oferta da educação profissional pelas IPES, tira a autonomia de regulação dos estados, contempla e delibera aos sistemas estaduais o processo de fiscalização. **Tendências**: Educação eAprendizagem ao Longo da Vida: não há política efetiva sobre esse tema; no âmbito da educação profissional - proposição de uma política nacional – EJA e qualificação de trabalhadores; certificação de saberes e competências; orçamento para a certificações de saberes e competências. Falou também sobre a **Micro-Certificações;** Re-Saber e aproveitamentos de estudos – numa perspectivas de aproveitar os estudos/certificados, pensando na trajetória para permitir o avanço de estudos – olhar atento, tendo as normas como base para as valorizações e validações das experiências; **Economia Verde;** enfatizousobre bioeconomia, propostas para os estados da Amazônia Legal, cujo objetivo final evitar a derrubada da floresta, porém trabalhar com os cidadãos da terra para saber o que será feito para a nação; trabalhar para sanar definitivamente o lixo que estão em aterros e buscar sempre com estratégia e responsabilidade a energia limpa. **Digitalização. –** inteligência artificial – automação, pontos que estão relacionados aos avanços tecnológicos e que fazem parte da vida cotidiana dos estudantes, porém nem sempre utilizada pela escola. A professora **Cíntia** trouxe uma reflexão sobre a legalidade para a Digitalização e o descarte de documentos. Abordou assuntos importantes que devem ser lembrados e observados para não sermos negligentes diante destas responsabilidades, frente ao processo de guarda de documentos. Segundo Cíntia, os arquivos são de responsabilidades das instituições e seus gestores. Algumas legislações e normas foram apresentadas, inclusiveas normas aprovadas pelo CEE/SC que tem pontos similares com as normas do CEE/DF. Arthur, de São Paulo, apresentou o que motivou a discussão e entendimento legal sobre o Ensino Domiciliar – abordou sobre a decisão do STF e como essa situação se encontra hoje. Enfatizou que o STF direcionou a responsabilidade ao Legislativo, cabendo a este publicar lei específica sobre essa forma de oferta, sem deixar os pares fora desse contexto. Porém, hoje ainda não há regulamentação sobre a decisão do STF. Abordou sobre os marcos normativos sobre o tema, com ênfase na Indicação do CEE/SP que traz o assunto com orientações e expressa estudos sobre o ensino domiciliar, propondo parâmetros sobre as possíveis formas de oferta e os pontos importantes sobre essa forma de oferta. Apresentou os contrapontos para esse tipo de oferta da educação, enfatizando os olhares e os

entendimentos apontados por aqueles que defendem e os que abominam. Reforçou os projetos de lei que, na sua essência, são desconectados da realidade educacional. Outros pontos abordados foram as propostas de lei para o ensino domiciliar, como as vedações para essa oferta, com questões relacionadas ao crime previstos na Lei e as violências domésticas. Por fim, apresentou os riscos expostos pela UNICEF sobre o ensino domiciliar, encerrando, assim, o primeiro dia de plenária. No dia 11 (onze) de novembro de 2022, o segundo dia da Plenária do CODISE em Natal, a abertura ficou por conta do soprano Alzeny Nello, com uma apresentação cultural magnífica. Na sequência, deram início às atividades da pauta com a palestrante, Professora Márcia Maria Gurgel Ribeiro – da UFRNe Secretária Adjunta da Educação – SEEC-RN, que apresentou importantes reflexões sobre os "Desafios: Gestão Escolar Pós-Pandemia". Segundo a professora Márcia, as condições das estruturas físicas em situações precárias demonstravam as condições que se encontravam as escolas, explicou que o trabalho da gestão, nesse cenário, foi indispensável para assegurar que os protocolos e todas as medidas necessárias para que oretorno pudesse acontecer com segurança. Reforçou que os recursos federais não foram suficientes para as adequações e que o Estado teve que dispensar um grande volume de recursos financeiros para atender todas as necessidades emergenciais das escolas para dar condições aos gestores e professores receberem os estudantes e retomarem o ensino presencial. Falou sobre a importância dos recursos financeiros que foram utilizados para conseguir vencer os desafios, isso mostra que a gestão deve estar antenada nas principais questões que colaboram para que as condições favoráveis para um retorno responsável, tanto com relação à aprendizagem, como as questões de saúde coletiva de todos os envolvidos no processo educacional; foi realizada uma força tarefa de todos os envolvidos na gestão, tanto da Secretaria, como também da escola que planejou todo o ciclo de aprendizagem (2020/2021), na reorganização do currículo, no trabalho sócio emocional dos estudantes e servidores, devido às perdas dos seus entes queridos. O planejamento contemplou o acolhimento de todo o público escolar, a partir da realidade escolar e da retomada, mediante cenário encontrado. Outro ponto foi o processo de avaliação e certificação dos concluintes, sendo necessárias ações específicas por parte da gestão para assegurar a continuidade dos estudos dos alunos, sem maiores prejuízos. Os recursos tecnológicos e plataformas tiveram papel muito importante para a continuidade das aulas noformato online, permitindo que os estudantes pudessem continuar estudando. Embora nem todos os estudantes tivessem acesso permanente a rede de internet, meios e alternativas foram organizadas de modo que o estudante pudesse ter acesso aos espaços e aos equipamentos tecnológicos adaptados para a aprendizagem. Os dados da aprendizagem, mesmo nesse período, demonstram que o desempenho não caiu, o que revela o empenho do coletivo da educação em prol do estudante e da sua aprendizagem. O estado do Rio Grande do Norte ficou entre os seis estados em que não caíram os indicadores de aprendizagem cobradas nas matrizes do Saeb, durante a pandemia, o que mostra que o desafio foi coletivo e a gestão fez a diferença durante todo o processo. A recomposição da aprendizagem está sendo pensada a partir das novas avaliações estaduais. Na sequência, tivemos a fala do Professor Ricardo Tonassi, presidente do FONCEDE falando sobre a situação dos conselhos e a postura do MEC e do CNE sobre o regime de colaboração constando, por meio de fatos, o desrespeito à autonomia federativa. Tal situação reportada demonstra as fragilidades dos conselhos, tanto nas questões estruturais, como também na escassez financeira de cada conselho; a falta de condições dos conselhos influencia a um perfil de doador em que o voluntariar-se para a realização das tarefas e atividades desvirtuam da característica e essência do trabalho prestado à educação. Cumprindo o itinerário da pauta, deu-se início ao momento Codise, sob coordenação da Presidente do Codise, Cíntia Cristina Faulhaber, Secretária-Executiva do CEDF, que iniciou com uma dinâmica de interação e trocas de mimos regionais entre os pares, cujo objetivo é permitir maior envolvimento de amizade e companheirismos entre os participantes de cada estado, numa harmonia agradável e cheia de surpresas agradáveis; uma oportunidade de estreitar relacionamentos de parcerias e trocas de experiências, sem formalidades uns com os outros. Por fim, a professora Suely Melo de Castro Menezes – Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE e ExPresidente do CEE-PA – ministrou a

palestra sobre o Ensino Híbrido: diálogo com a escola contemporânea e enfatizou que a pandemia foi o gatilho para os professores reconhecerem que era possível e necessário trabalhar com as tecnologias; o ensino hibrido é um diálogo com a escola contemporânea e não uma modalidade de ensino como alguns, equivocadamente, denominam. O CNE criou uma comissão para acolher as demandas advindas da abordagem híbrida com estudos e proposta de uso pedagógico de recursos e metodologias, inclusive tecnológicas e inovadores aplicados ao cotidiano escolar. O avanço tecnológico avança e a educação não pode ficar pra trás. O ensino híbrido é a mistura das possibilidades e dos conhecimentos e práticas com metodologias diversas que engloba conhecimento e aprendizagem, gerando sempre novas possibilidades. Falar de hibridismo é falar de uma abordagem metodológica, remetendo ao processo de atuação múltipla do cidadão, dominando linguagens diversas. O conceito de hibridismo, para os pesquisadores, é o conjunto de experiências ampliadas, a partir das necessidades reais dos estudantes e de suas potencialidades desenvolvidas, no contextode um formato de currículo que se aproprie de ferramentas adequadas e inovações, licenciando o estudante a aprender sem rótulos ou barreiras para avançar em seu desenvolvimento pleno, no cotidiano da aprendizagem. O Art. 32 da LDB/1996 autoriza a oferta não presencial para casos específicos em que a sociedade requer medidas extraordinárias para situações emergenciais. A frequência é confirmada pelas evidências. Para a professora Suely, “os conselhos estaduais, municipais e distritais de educação comoindutores e responsáveis pelas políticas educacionais precisam mobilizar suas comunidades educacionais para discussão e decisões sobre essa matéria”. Enfatizou a importância dos conselhos deixarem de ser cartoriais e focarem no aprofundamento e estudos, tendo como suporte, especialistas para o aprimoramento e a ampliação do entendimento de assuntos polêmicos e contemporâneos. O encaminhamento final foi com adefinição da data para a realização da próxima Plenária ficando deliberado e acordado pela maioria dos presentes, o Estado do Maranhão - São Luiz, sob a organização da Secretária Executiva Ana Célia, em parceria com a direção da Diretoria do Codise. Finalizando a pauta, a Presidente agradeceu a todos pela participação e parceria na realização desta Plenária. A reunião encerrou-se às 15h as atividades com um Circuito Cultural: Passeio pelaVia Costeira, Forte dos Reis Magos e Centro Histórico de Natal, momento cultural importante para todos os representantes, haja vista a oportunidade de conhecer a realidade do Estado anfitrião. Não havendo mais o que registrar, eu, Joana D’Arc Alves Santos, Secretária do Codise, lavrei a presente ata, que ficará arquivada para memória e registro doacontecido.

ASSINATURAS:

gov.br Documento assinado digitalmente
CINTIA CRISTINA FAULHABER
Data: 22/11/2022 20:49:25-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

gov.br Documento assinado digitalmente
VERA LUCIA CAMPOS FERREIRA
Data: 23/11/2022 11:29:01-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

gov.br Documento assinado digitalmente
JOANA DARC ALVES SANTOS
Data: 24/11/2022 22:57:50-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

gov.br Documento assinado digitalmente
OTILIA TATIANA DE CACIA DA CONCEICAO I
Data: 24/11/2022 09:48:28-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

gov.br Documento assinado digitalmente
ANA CELIA VALE MARTINS
Data: 25/11/2022 13:39:40-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

gov.br Documento assinado digitalmente
HORTENCIA MACEDO DA SILVA
Data: 28/11/2022 09:28:41-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

gov.br Documento assinado digitalmente
SORAYA MARIA DE OLIVEIRA FREITAS
Data: 02/12/2022 10:36:54-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

gov.br Documento assinado digitalmente
MAURICIO ANTONIO GUIMARAES
Data: 21/12/2022 15:23:51-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

gov.br Documento assinado digitalmente
LEVI CORREIA DE LIMA
Data: 21/12/2022 20:42:52-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

gov.br Documento assinado digitalmente
PATRICIA RODRIGUES BRAUNN
Data: 26/12/2022 22:53:17-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

gov.br Documento assinado digitalmente
EMILIA YOSHIMI IGUCHI
Data: 31/12/2022 10:20:52-0300
Verifique em https://verificador.iti.br